



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 14 de outubro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Amazonas deve ficar fora da disputa pela Foxconn CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Justiça Federal nega mandado a funcionários terceirizados da Suframa por nepotismo CAPA	2
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL (continuação) OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL (continuação) OPINIÃO	5
JORNAL DO COMMERCIO Emendas POLITICA	6
JORNAL DO COMMERCIO Sem estrutura, PIM deve perder US\$ 12 bi da Foxconn ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Suframa ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Plano de Saúde 2 ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERCIO Setor primario ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO Piscicultura é apontada como opção regional à crise ECONOMIA	11
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up ECONOMIA	12
A CRITICA SUFRAMA, ESCOLHA TÉCNICA E RÁPIDA OPINIÃO	13
A CRITICA NEPOTISMO ECONOMIA	14
A CRITICA NOTA ECONOMIA	15
A CRITICA PROGRAMAÇÃO CIDADES	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Justiça nega permanência de terceirizados na Suframa POLITICA	17
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro OPINIÃO	18
DIÁRIO DO AMAZONAS Seis Estados disputam por fábrica de tela da Foxconn ECONOMIA	19

DIÁRIO DO AMAZONAS	
NOTA DE ESCLARECIMENTO.....	20
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
NOTA DE ESCLARECIMENTO (continuação).....	21
ECONOMIA	

Amazonas deve ficar fora da disputa pela Foxconn

A deficiência estrutural poderá novamente ser a 'vilã' do PIM que pode perder parte dos US\$12 bilhões em investimentos da Foxconn para a fabricação de tablets no país, afirmam representantes do setor industrial no Amazonas.

Página A5

Justiça Federal nega mandado a funcionários terceirizados da Suframa por nepotismo

A Justiça Federal acompanhou os pareceres do MPF/AM e negou os pedidos de 11 funcionários terceirizados da Suframa, em mandados de segurança, para permanecerem prestando serviço na instituição. Os

servidores eram contratados pela Fucapi e tinham vínculos de companheirismo ou de parentesco com servidores da Suframa em função de confiança ou cargos comissionados.

Página A7

FRENTE & PERFIL

Lei dos Tablets já foi publicada e está em vigor

Senador Eduardo Braga (PMDB) feliz ontem com a publicação no DOU da LEI 12.507/2011, resultante da MP 534 dos Tablets. A Lei dos Tablets sancionada pela presidenta Dilma Rousseff na terça-feira passada isenta do pagamento de PIS e Cofins os tablets produzidos no Brasil. Emendas de Braga incluíram artigos que distinguem tablets de televisores e celulares e elevam de 4,6% para 5,6% o crédito de Cofins para tablets adquiridos de empresas da ZFM. “Fizemos questão de definir o que é tablet, para resguardar a indústria de televisores e aparelhos celulares instalada no PIM”, explica Braga.

FRENTE & PERFIL (continuação)

AMEAÇA

Ex-senador Arthur Virgílio (PSDB) alerta que as portarias do MC&T e do Mdic, que autorizam a importação de parcela dos carregadores de celulares e a produção em todas as demais regiões do país, ameaçam 10 mil empregos no polo componentista da ZFM.

FRENTE & PERFIL (continuação)

SUFRAMA

O senador Eduardo Braga já teria concordado com a indicação do secretário-executivo da Receita da Sefaz/AM, Thomaz Nogueira, para assumir o comando da Suframa. O nome de Thomaz, economista e tributarista dos mais respeitados no Amazonas conta também com o sim do governador Omar Aziz (PSD).

Emendas

Agora é Lei: ZFM é resguardada na Lei dos tablets

A Lei nº 12.507/2011, que foi sancionada por Dilma, isenta do pagamento de PIS e Cofins os tablets produzidos no Brasil

Um dos objetos de tecnologia mais desejados pelos brasileiros, os tablets, vão ficar cerca de 30% mais baratos, graças à Lei resultante da Medida Provisória 534/2011. Aprovada na Câmara e no Senado, a Lei nº 12.507/2011, sancionada na última terça-feira (11) pela presidenta Dilma Rousseff e publicada nesta quinta-feira no Diário oficial, isenta do pagamento de PIS e Cofins os tablets produzidos no Brasil.

Na lei sancionada pela presidenta, estão asseguradas as vantagens comparativas da ZFM (Zona Franca de Manaus), a exemplo de artigos que distinguem tablets de televisores e aparelhos celulares e elevar o imposto de 4,6% para 5,6% o crédito de Cofins para tablets adquiridos de empresas instaladas na ZFM.

Os artigos são fruto de emendas apresentadas pelo senador Eduardo Braga (PMDB), relator da MP 534 no Senado.

“Fizemos questão de definir o que é tablet - máquinas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados

por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 e inferior a 600 cm² e que não possuam função de comando remoto - para resguardar a indústria de televisores e aparelhos celulares instalada no Polo Industrial de

A nova lei também aumenta o prazo para que administradoras de Zonas de Processamento de Exportações, criadas a partir de 23 de julho de 2007, iniciem suas obras de implantação

Manaus”, explicou Eduardo Braga.

A nova lei também aumenta o prazo para que administradoras de ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações), criadas a partir de 23 de julho de 2007, iniciem suas obras de implantação. O tempo permitido passa de 12 meses para 24 meses. As isenções previstas na lei não se aplicam aos tablets comercializados por varejistas optantes do Simples Nacional.

Foto: Geraldo Magela / Agência Senado



O senador do PMDB-AM, Eduardo Braga, é relator da MP 534 no Senado e autor de algumas emendas que garantem vantagens à ZFM

Sem estrutura, PIM deve perder US\$ 12 bi da Foxconn

Taiwanesa negocia com o governo brasileiro a instalação de duas plantas para a produção de displays entre seis Estados

Por Juliana Geraldo

A deficiência estrutural deve novamente ser o 'vilão' do PIM que pode perder até US\$ 12 bilhões em investimentos da Foxconn, afirmam representantes do setor industrial no Amazonas.

A empresa taiwanesa anunciou ontem, em reunião com a presidente Dilma Rousseff e com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que pretende instalar duas fábricas no país para a produção de displays – telas sensíveis ao toque – para os tablets já fabricados por ela. Seis Estados, não revelados, estariam na disputa pela instalação da planta industrial e exigências como energia abundante, logística favorável, qualificação profissional, um aeroporto internacional que atenda a demanda e capacidade de engenharia para a tecnologia necessária, seriam alguns dos pré-requisitos impostos para a escolha.

Para as entidades, ouvidas pelo *Jornal do Comércio*, é pouco provável que o Amazonas, caso se confirme como um dos Estados concorrentes, tenha sucesso na disputa.

"Não é que seja pouco provável, acredito que é improvável que a fabricante escolha o Amazonas para se instalar. Não existem razões logísticas para isso", opinou o economista José Alberto Machado.

Segundo ele, se os fabricantes pesarem a logística, escolherão a Região Nordeste e se priorizarem o aspecto tecnológico optarão por São Paulo, uma vez que já existe uma estrutura sendo montada na cidade de Jundiá.

"Os investidores querem um aeroporto funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana, com espaço de sobra para armazenamento em um local com energia abundante. Não acho que nos enquadramos nesse perfil, infelizmente", lamentou.

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco também aponta a deficiência aeroportuária como um grave problema. "Uma das principais exigências da Foxconn é o lugar ter um aeroporto internacional. Isso nós temos, mas os gargalos que enfrentamos com ele dificultam esse tipo de operação. A estrutura aeroportuária tem que ser repensada de um modo geral, não só quando corremos o risco de perder investimentos", criticou.

O consultor empresarial e ex-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-brasileira no Estado do Amazonas, Teruaki Yamagishi, lembra que apesar de os incentivos oferecidos pela ZFM ainda serem os mais vantajosos, o investidor já observa outros aspectos ao decidir onde vai produzir. "Antes quando uma empresa de qualquer segmento

pensava em instalar fábrica no Brasil, nem se pensava duas vezes porque a Zona Franca era a escolha certa. Se a Foxconn, assim como outras fabricantes, começam a pensar em outros Estados logo de início, é porque não temos mais tanta preferência assim, o que mostra que nossos problemas estruturais estão pesando no bolso do PIM", analisou.

Para ele, antes dos incentivos, a infraestrutura já se configura como condição primordial para captação de investimentos. "E esse é justamente o nosso ponto mais fraco, por isso não acredito que esses US\$ 12 bilhões serão investidos aqui", especulou.

Sem revelar se o Amazonas já é um dos Estados concorrentes, o coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Gustavo Igrejas, afirmou que o interesse do Amazonas em participar da disputa é real. "Qualquer investimento que traga novas tecnologias e gere empregos na região interessa ao Polo Industrial de Manaus. A produção das telas sensíveis ao toque também seria estratégica visando à geração de empregos e ao abastecimento de fabricantes instaladas em outras regiões do país", explicou.

Conforme informou, a Suframa não descarta, de forma alguma, a possibilidade de instalação das fábricas

no parque industrial. "As dificuldades com relação à logística, infraestrutura e mão de obra existem, mas se empresas como essas estão instaladas em Manaus, é porque o PIM oferece vantagens comparativas superiores a outras regiões e conta com um ambiente favorável para o estabelecimento de bons negócios", defendeu.

Com relação à infraestrutura aeroportuária, Gustavo Igrejas disse que o Teca (Terminal de Cargas) do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes é o terceiro maior do Brasil, com uma capacidade de armazenagem estimada em 12 mil toneladas por mês, e deve ser ampliado nos próximos anos, seguindo planejamento do governo federal.

"Lei do Bem"

A guerra fiscal é um complicador a mais, de acordo com o presidente da Aficam (Associação dos fabricantes de Componentes da Amazônia), Cristóvão Marques.

"A briga pela concessão de incentivos nos prejudica muito, afinal os outros Estados podem oferecer o que quiserem e aos poucos vamos perdendo nossas vantagens nessa área. O governo do Estado e a bancada amazonense têm que ir à luta para resolver essa questão, senão vamos ser ainda mais prejudicados, especialmente no caso dos tablets", afirmou.



Foto: Reprodução

Tecnologia para a produção de telas sensíveis ao toque até o momento é disponível apenas na China, Japão, Coreia e Taiwan

Por dentro

Investimentos previstos pela empresa

- A Foxconn pretende injetar aproximadamente US\$ 12 bilhões na instalação das fábricas, mas o prazo para receber o investimento depende da capacidade da engenharia local para receber a tecnologia necessária.

- A tecnologia para produção das telas existe apenas no Japão, Coreia, China e Taiwan.

- O Brasil será o primeiro país ocidental a abrigar fábricas de display, caso o acordo se concretize.

- A expectativa do governo é de que empresas de componentes da área de computação também se instalem no país.

Além da instalação das telas, a Foxconn será responsável pela fabricação, ainda neste ano, dos equipamentos iPhone e iPad, em Jundiá, no Estado de São Paulo.

Suframa

Justiça Federal mantém decisão que ordena saída de terceirizados

Servidores eram contratados pela Fucapi e tinham vínculos com dirigentes da autarquia federal

A Justiça Federal acompanhou os pareceres do MPF/AM (Ministério Público Federal do Amazonas) e negou os pedidos de 11 funcionários terceirizados da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em mandados de segurança, para permanecerem prestando serviço na instituição.

Os servidores eram contratados pela Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica) e tinham vínculos de companheirismo ou de parentesco com os servidores da Suframa em função de confiança ou cargos comissionados, o que configura o nepotismo.

No dia 1º de setembro do ano passado, o MPF/AM recomendou à Suframa o afastamento de todos os terceirizados que tinham vínculo matrimonial, de

companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com servidores da superintendência que exerciam função de confiança ou cargo comissionado e tinham sido contratados para lhe prestar serviço.

Diante da recomendação do MPF/AM para o afastamento dos seus cargos, esses servidores ingressaram com mandado de segurança na Justiça Federal alegando que a substituição dos funcionários terceirizados pelos aprovados no último concurso público realizado pela Suframa era um ato ilegal.

O MPF/AM sustentou que os funcionários que ingressaram com os mandados de segurança não estão sendo vítimas de nenhum ato ilegal ou abusivo, e que a substituição pelos aprovados em concurso públi-



Segundo o MPF/AM, os vínculos entre os servidores da Suframa e os contratados pela Fucapi configuram prática de nepotismo

co é reflexo da eliminação de uma prática ilícita que atenta contra os princípios da igualdade de acesso às funções públicas e da admi-

nistração pública.

Liminar em setembro

A Justiça Federal deter-

minou, em caráter liminar, em setembro deste ano, que a Suframa não contrate qualquer funcionário terceirizado e que afaste, em 90 dias, cerca de 200 profissionais terceirizados da Fucapi. A Suframa deverá ainda adotar as medidas necessárias para o provimento de 81 cargos vagos, com a nomeação de aprovados no último concurso público, no prazo de 30 dias a contar da decisão.

Desde 2009, o MPF/AM apura a contratação de funcionários terceirizados pela Suframa, em detrimento de candidatos aprovados em concurso público, e que exercem a atividade-fim da autarquia.

A assessoria de comunicação da Suframa informou no fim da tarde de ontem que ainda não havia sido notificada da decisão, mas que a autarquia irá cumprir a determinação judicial.

Plano de Saúde 2

Hapvida fecha com empresas do PIM

O Sistema Hapvida de Saúde firmou importantes parcerias na indústria do Amazonas. No último mês, a empresa passou a ser o plano de saúde de pelo menos duas grandes empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus).

A primeira parceria foi com a empresa de eletro e eletrônicos Ecotec, que fica no Distrito Industrial, na Zona Leste. De acordo com a diretora regional

comercial do Hapvida no Pará e no Amazonas, Erica Carvalho, o plano vai atender pelo menos 800 colaboradores da empresa, além de 700 dependentes, somando 1,5 mil novos pacientes atendidos pelo plano. Além de assistência médica, hospitalar e laboratorial, esses funcionários vão contar ainda com atendimento odontológico, oferecido pela *MaisOdonto?*

O Hapvida firmou

parceria ainda com a Bemol e vai atender pelo menos 140 funcionários e esse número tende a crescer ainda mais.

Atualmente, o Hapvida conta com 10 mil profissionais envolvidos na operação de 20 hospitais de alta complexidade, 55 Hapclínicas, 12 prontos atendimentos e 11 laboratórios, com vários postos de coleta espalhados pelo Norte e Nordeste.

Setor primario

Importação de alimentos eleva custo de vida no AM

Falta de incentivo e apoio faz com que Estado importe mais de 65% dos alimentos

POR MARCELO PERES,

ESPECIAL PARA O JOC

Manaus tem hoje um dos mais altos custos de vida do país. Nas 17 cidades pesquisadas mensalmente pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos), a capital do Amazonas figura na 7ª posição do ranking dos maiores preços registrados da cesta básica de alimentos, composta hoje de 12 itens, só perdendo "hierarquicamente" (nesse caso) para Goiânia e Belo Horizonte.

E essa realidade de preços altíssimos que assusta qualquer visitante do Estado tem um responsável direto: a falta de produção agrícola e pecuária que atendam à demanda local, aliada a uma inoperância total dos órgãos de fomento, obrigando a região a importar pelo menos 65% dos alimentos que consome atualmente. A importação dos itens básicos tem um impacto tão grande no preço final dos alimentos que um quilo de tomate, por exemplo, que custa em média R\$ 0,60 em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, sai até por R\$ 6,50 nas principais redes de supermercados de Manaus.

Segundo consultores do setor de alimentos, o Amazonas ainda pratica uma agropecuária artesanal e de

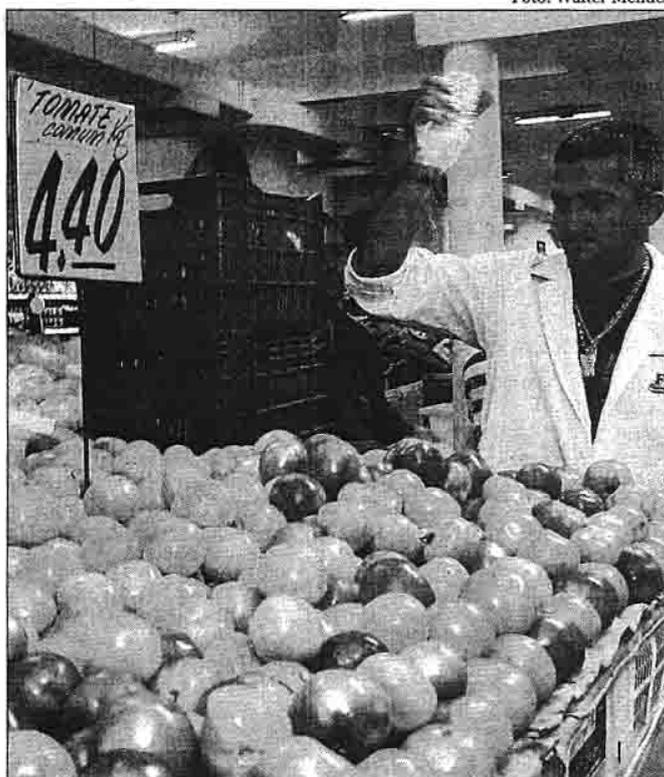


Foto: Walter Mendes

Preço do tomate em Manaus, por exemplo, apresenta grande disparidade quando comparado com o do Sul e Sudeste do país

subsistência que não é suficiente nem para atender ao mercado interno. Até a farinha, cujos insumos básicos (a macaxeira e a mandioca) são nativos e têm grande afinidade pelo solo da região, é importada do Rio Grande do Sul, distante a pelo menos 5 mil quilômetros de Manaus.

E para agravar essa situação de "carestia" tem a questão do alto preço do

frete (impacto de aproximadamente 80%, por via aérea) e a elevada sobrecarga de impostos que incide diretamente no preço final dos alimentos. Os últimos números do Dieese apontam um aumento de 0,52% nos preços da cesta básica em setembro em Manaus, em relação ao mês de agosto. E em 34 meses o reajuste dos itens básicos chegou a 12,9% na capital.

"Isso é um paradoxo. Como é que Manaus, que abriga hoje mais de 500 empresas e exporta motocicletas e eletroeletrônicos com tecnologia de última geração, não consegue exportar um quilo de tomate", questiona o geólogo Fred Cruz, do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), também especialista em agricultura e pecuária.

Fred Cruz atribui à falta de um maior incentivo por parte dos órgãos de fomento para viabilizar uma agricultura e uma pecuária com produções suficientes para abastecer o mercado local. Ele conta que desistiu de uma cultura de maxixe, no município de Presidente Figueiredo (a 107 quilômetros de Manaus), na BR 174, por falta de apoio logístico para escoar o produto.

"Quando se recorre aos órgãos governamentais, a ajuda nunca aparece, situação que desmotiva o produtor, que passa a optar por uma agricultura e uma pecuária de subsistência", acrescenta o geólogo. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (Idam), técnicos têm ido constantemente às principais regiões produtoras da região, como nos municípios de Autazes (maior produção de leite) e Careiro Castanho (gado de corte), dando orientações aos produtores.

Piscicultura é apontada como opção regional à crise

Para o zootecnista Geraldo Pereira Filho, o Amazônias está desperdiçando, porém, o potencial da piscicultura, um filão (na visão dele) que pode gerar grandes receitas e oferecer novas oportunidades de emprego e renda na região. Segundo ele, a criação de peixes em cativeiro, principalmente das espécies tambaqui e matrinxã, ainda acontece de forma incipiente e deveria receber um maior incentivo por parte dos órgãos governamentais.

“O Amazonas deveria deixar de pensar em pecuária, pois a vocação da região é mesmo a piscicultura. A cria-

ção de gado tem um grande impacto no meio ambiente, degradando vastas áreas de florestas. Hoje está disponível um pacote técnico e financeiro para a criação de tambaqui, mas existe pouco interesse do mercado em dinamizar a atividade no Estado”, afirma o zootecnista.

Segundo consultores do setor, o grande gargalo para incrementar a piscicultura no Amazonas é a importação de insumos para a fabricação de rações, que elevam consideravelmente os custos da produção de peixes em cativeiro. A principal matéria-prima utilizada no fabrico é o milho,

importado de outras regiões do país, que tem um grande impacto na atividade.

De acordo com o deputado José Ricardo Wendling (PT), que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), o pouco ou quase nenhum interesse do governo estadual em priorizar a agricultura, a pecuária e atividade no campo em geral deve-se a uma situação de “comodismo”, ao contrário da produção de eletroeletrônicos e de motocicletas do Polo Industrial de Manaus (PIM), que conta com muitos incentivos fiscais.

“Incentivar o PIM não custa muito ao governo. A infraestrutura já está montada. Agora, a agricultura e a pecuária precisam de maiores investimentos e o governo, portanto, não quer gastar muito em logística para incentivar essa produção. Então o responsável direto por essa incipiente atividade no campo é o comodismo gerado pelas receitas do parque industrial da região”, afirma o deputado, que recentemente coordenou uma audiência pública na ALEAM na qual foram discutidas medidas para incrementar a produção de hortifrutigranjeiros na região.

Vilões da cesta básica pesam no bolso do manauara

Segundo a última pesquisa do Dieese, o feijão e o arroz foram os vilões da cesta básica em setembro, em Manaus. No período nove produtos apresentaram alta de preços, impactando diretamente no aumento da cesta básica. De acordo com a pesquisa do departamento, o feijão foi o produto que apresentou a maior alta no mês (7,48%),

seguido de manteiga (2,75%), do arroz (2,69%), do leite (1,89%), da carne (15,2%), do café em pó (1,14%), do pão francês (1,11%), da farinha de mandioca (0,88%) e do óleo (0,70%).

O Dieese também registrou redução de preços em três produtos durante o mês de setembro. Antes vilão do aumento da cesta básica, o

tomate está, porém, mais barato -2,22%, seguido do açúcar (-3,65%, o produto com a maior queda do mês) e banana prata (-2,21%). O feijão também registrou aumento em 11 capitais e uma das maiores altas foi em Manaus, ao contrário do mês de agosto.

No período, o quilo da carne bovina atingiu um preço médio de R\$ 15,43, o feijão, R\$ 3, a farinha, R\$ 2,28, o arroz, R\$ 1,91, o tomate R\$ 4,84,

café em pó, R\$ 11,8, açúcar, R\$ 2,11, óleo de soja (lata de 900 ml) e o pão francês, R\$ 5,46, em Manaus. “Contribuiriam para essa majoração de preços dos principais itens da cesta básica, não só em Manaus, mas também em outras capitais, a seca registrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e a consequente diminuição da oferta de produtos”, afirmou a supervisora técnica do Dieese, Alessandra de Moura Cadamuro.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DR. LUIS ANDRES BAZAN SANCHEZ, portador da cédula de identidade RG nº 144.074 SSP-RR e CPF/MF nº 446.359.312-34,

DECLARA sua intenção de exercer cargos de administração na COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DAS UNICREDS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL LTDA, e que preenche as condições estabelecidas no art. 2º da Resolução 3.041, de 28 de novembro de 2002.

ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da data da publicação desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – Rua da Aurora, 1.259 – 3º Andar – Santo Amaro – 50040-090 – Recife/PE.

Manaus, 25 de agosto de 2011.



OPINIÃO

“O Amazonas deveria deixar de pensar em pecuária, pois a vocação da região é mesmo a piscicultura. A criação de gado tem um grande impacto no meio ambiente, degradando vastas áreas de florestas. Hoje está disponível um pacote técnico e financeiro para a criação de tambaqui, mas existe pouco interesse do mercado em dinamizar a atividade no Estado”.

Gerardo Pereira Filho
Zootecnista

Follow-Up



O que prejudica nossa competitividade

Nos últimos dez anos, a participação da economia brasileira no PIB mundial estacionou em 2,9%. Enquanto isso, a Índia elevou sua participação de 4% para 5% e a China de 7% para 13%. Em grande parte isso se deve à baixa competitividade que apresenta. Nesse período, o custo Brasil não diminuiu, aumentou continuamente. Para a formação desse custo nefasto, pode-se citar: a excessiva carga tributária, o alto custo do crédito, a legislação trabalhista anacrônica e o tamanho dos encargos, a infraestrutura insuficiente (em grande parte obsoleta), a falta de mão de obra qualificada, o custo do capital, a taxa de câmbio desfavorável, a burocracia asfixiante, para citar algumas.

A logística – um dos fatores determinantes da competitividade – custa 10% do PIB nos EUA, 13% na Alemanha e 20% no Brasil. O que o país urgentemente precisa é de um trabalho que neutralize os entraves à melhora da competitividade. A variável que oferece maior potencial para elevar a competitividade é a eficiência da gestão pública, que

precisa modernizar-se. É um gargalo evidente quando se analisa o último ranking mundial de competitividade do IMD, conceituada entidade suíça que comparou 59 países. O Brasil perdeu seis posições em relação ao levantamento anterior, passando da 38ª para a 44ª posição, sendo que o seu item de pior avaliação foi a eficiência do setor público, na qual o país se encontra em 55º lugar.

O maior desafio do governo brasileiro é controlar os gastos públicos para que se possa investir em infraestrutura, tecnologia e qualificação da mão de obra (educação). O pior é que, mesmo com carga tributária crescente, não conseguimos alavancar a taxa de investimento para além de 19% do PIB (em 2011 ficará em 18,7%, praticamente a mesma do ano anterior), quando deveríamos chegar pelo menos a 25%, como no Chile e Colômbia. Sem falar na Índia, que investe 35%, ou na China, onde é de 45%. Se considerarmos que com uma carga tributária de 37% do PIB investe-se apenas 2,5% em infraestrutura – somados os aportes dos setores público e privado –, e que o governo

(nos três níveis de administração) investe pouco mais que 2% do PIB, pode-se concluir que há algo errado na economia do país. É necessário tomar urgentes providências para mudar esse quadro insustentável. Como se sabe, a taxa de investimento é uma variável determinante do

O que o país urgentemente precisa é de um tra- balho que neutralize os entraves à melhora da competitividade

crescimento econômico.

A maior eficiência do setor público irá liberar, com o aumento da produtividade da administração governamental, mais recursos para investir, permitindo reduzir a carga fiscal e a taxa de juros, reequilibrar o câmbio, oferecer melhores serviços públicos para a população e elevar o nível de emprego.

Lições para o Brasil

Como escreveu o jornalista Sérgio Malbergier: "Até hoje os produtos Apple são comercializados por terceiros no Brasil, já que a empresa não conseguiu um modelo de negócios viável na 'pátria do imposto alto e do ambiente de negócios precário'. Os brasileiros pagam o dobro dos americanos, ou mais, para comprar os produtos criados por Jobs e sua equipe. A última cartada para a normalização da atuação da Apple por aqui foi o anúncio 'hiperinflado', para dizer o mínimo, da construção de uma fábrica de iPads no país. O anúncio ocorreu durante a viagem de Dilma Rousseff à China, em abril passado. Na falta de qualquer resultado palpável da visita, anunciou-se com grande fanfarra e nenhuma substância que a Foxconn, uma empresa taiwanesa que fabrica os iProdutos na China, abriria uma fábrica no Brasil para produzi-los aqui. A fábrica está até hoje na

promessa. Desde então, falou-se de produção inicial em novembro, depois que o BNDES financiaria o projeto em US\$ 12 bilhões, depois que não haveria mão de obra qualificada para tocá-lo, depois que a operação começaria com as 'maquiladoras' mexicanas, com os produtos somente montados aqui. O fato é que Steve Jobs morreu, e o Brasil ainda segue excluído em grande medida da revolução da Apple. Assim como seguimos com uma das conexões de internet mais caras e lentas do mundo. São essas coisas que explicam nosso atraso, apesar dos avanços dos últimos anos, e a nossa dependência das benditas commodities. Se ele conseguiu transformar tanta coisa, quem sabe a comoção com sua morte ilumine a cabeça dos nossos burocratas e acelere a liberalização do mercado brasileiro de tecnologia digital. Taxar tecnologia é taxar o conhecimento, a inovação, o futuro. É fechar as fronteiras para os Steve Jobs".

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim.
cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

SUFRAMA, ESCOLHA TÉCNICA E RÁPIDA

■ O tempo político para a escolha do novo superintendente da Zona Franca de Manaus está correndo enquanto o modelo econômico local sofre com os ataques que chegam embalados na forma de crise mundial. Juros altos, problemas de fluxo de mercadorias, logística e a retração nos mercados consumidores de nossos produtos exigem decisões rápidas e no calor dos acontecimentos, daí que a cada dia de protelação na escolha do substituto da economista Flávia Grosso vira um dia de agonia, um dia perdido na luta para melhor posicionar nossa indústria diante da crise.

Alguém pode até defender a necessidade de um tempo maior para a substituição, há de haver negociação política, checagem de currículo, repercussão interna e externa, tudo isso demanda tempo, mas passado uma semana do pedido de demissão de Flávia Grosso, os nomes dos prováveis substitutos já estão postos na mesa e sobre a capacidade deles não resta dúvidas. Secretário de Fazenda do Governo do Estado, Isper Abrahim é economista com larga experiência administrativa, assim como o ex-prefeito de Manaus e auditor fiscal da Receita Federal Serafim Corrêa. Nome novo na disputa, o

Secretário Adjunto da Sefaz, Thomaz Nogueira, também tem grande experiência com o modelo e com as finanças do Estado. Os três, portanto, têm amplas condições técnicas para postular o cargo e a decisão, que será tomada pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, precisa apenas amadurecer com as articulações políticas. Como Pimentel não dá sinais de que vá se decidir por um ou por outro, surge no horizonte toda a gama de especulações e uma onda de boataria toma conta do processo, o que, evidentemente, apenas prejudica e

dificulta uma tomada de decisão. O certo é que o atraso na escolha prejudica encaminhamentos importantes no "pós" Feira Internacional da Amazônia, evento capitaneado pela Suframa e marcado para o fim deste mês, e nos tira oportunidades concretas. Ontem, por exemplo, o presidente de uma multinacional Taiwanesa esteve em Brasília conhecendo vantagens oferecidas por Estados brasileiros para a instalação de duas fábricas, com investimento de US\$ 12 bilhões, mas não se tem notícia de que alguém da Suframa estivesse por lá defendendo nossos interesses.

NEPOTISMO

Justiça decide afastar servidores

Suframa está proibida de contratar terceirizados

A Justiça Federal negou os pedidos de 11 funcionários terceirizados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em mandados de segurança, para permanecerem prestando serviço na instituição. Os servidores eram contratados pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) e tinham vínculos de companheirismo ou de parentesco com os servidores da Suframa em função de confiança ou cargos comissionados, o que configura caso de nepotismo.

Os esses servidores ingressaram com mandado de segurança na Justiça Federal alegando que a substituição dos funcionários terceirizados pelos aprovados no último concurso público, de

acordo com recomendação feita pelo MPF, era um ato ilegal.

O MPF/AM sustentou que os funcionários que ingressaram com os mandados de segurança não estão sendo vítimas de nenhum ato ilegal ou abusivo, e que a substituição pelos aprovados em concurso público é reflexo da eliminação de uma prática ilícita que atenta contra os princípios da igualdade de acesso às funções públicas e da administração pública. A decisão ainda cabem recursos.

A Justiça Federal determinou também, em caráter liminar, em setembro deste ano, que a Suframa não contrate qualquer funcionário terceirizado e que afaste, em 90 dias, cerca de 200 profissionais terceirizados da Fucapi.

NOTA



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA SUFRAMA – SINDFRAMA
FUNDADO EM 14/08/1991 – CNPJ MF Nº 63.693.675/0001-83
GOV. DANILO DE MATOS AREOSA

O Sindicato dos funcionários da Suframa – SINDFRAMA com o apoio dos sindicatos: SINDPOL, Força Sindical, SINTHEAM, Sindicato dos Rodoviários, Sindicato dos Técnicos em Segurança, SINDCARGAS, Sindicato dos Frentistas do Estado do Amazonas, Sindicato do Turismo, Sindicato dos Marítimos, Sindicato dos Servidores do Estado do Amazonas, vem de publico manifestar o seu apoio ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas quanto à escolha e indicação do novo dirigente da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Cabe salientar na oportunidade que o nome a ser indicado, deve desfrutar de conhecimento técnico sobre a Autarquia, e que esteja comprometido com o desenvolvimento Regional, bem como com o Projeto Zona Franca de Manaus em sentido amplo.

Coloca-se ainda que a Zona Franca de Manaus é o único Modelo de Desenvolvimento Regional que deu certo em nosso país, sendo considerado o paladino associado à figura de sentinela indormida da fronteira Amazônica, portanto os sindicatos acima mencionados repudiam toda e qualquer ação que venha de encontro aos interesses da Zona Franca de Manaus e da sociedade como um todo.

JOÃO RICARDO DE AGUIAR DOS ANJOS
Presidente do SINDFRAMA

PROGRAMAÇÃO

Seminários na Fiam

Até o dia 18 de outubro, podem ser feitas as inscrições para a sexta Jornada de Seminários da Feira Internacional da Amazônia (Fiam 2011), que acontece de 26 a 29 de outubro. A expectativa é de que participem empresários, técnicos dos setores público e privado, pesquisadores e estudantes. A jornada compreende 14 seminários. A programação completa de cada seminário e também as inscrições podem ser acessadas no site oficial da Fiam 2011: www.suframa.gov.br/fiam.

Justiça nega permanência de terceirizados na Suframa

▶ Onze funcionários suspeitos de nepotismo pediam para ficar nos cargos

FOTOS Divulgação/14/03/06

MANAUS

A Justiça Federal acompanhou os pareceres do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM) e negou os pedidos de 11 funcionários terceirizados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em mandados de segurança, para permanecerem prestando serviço à instituição.

Os servidores eram contratados pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) e tinham vínculos de companheirismo ou de parentesco com servidores da Suframa em função de confiança ou cargos comissionados, o que configura o nepotismo.

No dia 1º de setembro do ano passado, o MPF/AM recomendou à Suframa o afastamento de todos os terceirizados que tinham vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com servidores da superintendência que exerciam função de confiança ou cargo comissionado e tinham sido contratados para lhe prestar serviço.

Diante da recomendação do MPF/AM para o afastamento dos seus cargos, esses servidores ingressaram com mandado de segurança na



Ministério Público Federal acionou Suframa porque **funcionários terceirizados pela Fucapi têm ligações de parentesco ou companheirismo** com servidores da autarquia

OS NÚMEROS

81

▶ **É o número de cargos vagos na Suframa.** A Justiça Federal também já determinou que a autarquia tome as medidas necessárias para o provimento desses cargos.

Justiça Federal alegando que a substituição dos funcionários terceirizados pelos aprovados no último concurso público realizado pela Suframa era um ato ilegal.

O MPF/AM sustentou que os funcionários que ingressaram com os mandados

de segurança não estão sendo vítimas de nenhum ato ilegal ou abusivo e que a substituição pelos aprovados em concurso público é reflexo da eliminação de uma prática ilícita que atenta contra os princípios da igualdade de acesso às funções públicas e da administração pública.

Ainda cabem recursos das decisões.

Histórico

Atendendo ao pedido do MPF/AM, a Justiça Federal determinou, em caráter liminar, em setembro deste ano, que a Suframa não contrate qualquer funcionário terceirizado e que afaste, em 90 dias, cerca de 200 profissionais terceirizados da Fucapi. A Suframa deverá ainda ado-

tar as medidas necessárias para o provimento de 81 cargos vagos, com a nomeação de aprovados no último concurso público, no prazo de 30 dias a contar da decisão.

A decisão liminar é resultado da Ação Civil Pública nº 2829-06.2011.4.01.3200 movida pelo Ministério Público Federal do Amazonas com o objetivo de proteger os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente a legalidade, a impessoalidade e a moralidade.

Desde 2009, o MPF/AM apura a contratação de funcionários terceirizados pela Suframa, em detrimento de candidatos aprovados em concurso público, e que exercem a atividade-fim da autarquia.

Claro & Escuro

Thomaz Nogueira.
Secretário
executivo da Sefaz

Fiquei feliz ao ver meu nome apontado para a superintendência da Suframa, mas ninguém falou sobre isso comigo”

Sobre as especulações para o cargo.

Seis Estados disputam por fábrica de tela da Foxconn

O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse ontem que o governo avançou nas discussões com a Foxconn para a instalação de uma fábrica de telas para tablets, televisores e computadores. Seis Estados estão na disputa.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

MANIFESTO PELA SEGURANÇA JURÍDICA PARA OS INVESTIMENTOS NO TRANSPORTE COLETIVO

As concessionárias de serviço público de transporte coletivo urbano em Manaus, conforme contratos de concessão assinados em 23 de março de 2011, vêm por meio desta apresentar seu repúdio aos boatos irresponsavelmente lançados em face da integridade e idade de suas respectivas frotas de ônibus, bem como quanto a quantidade de veículos novos.

Por força de contrato, fruto de processo licitatório e contratos de financiamento com instituições financeiras, foram adquiridos das montadoras Volkswagen, Mercedes-Benz, encarroçadoras Marcopolo e Comil, até o momento, 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) ônibus novos já apresentados à população pelo Sr. Prefeito Municipal, todos vistoriados e emplacados pelo Detran/AM, com respectivos tributos recolhidos à Secretaria de Fazenda do Estado - SEFAZ e registrados na SMTU – Superintendência Municipal de Transportes Urbanos e SUFRAMA.

Afirmações mentirosas quanto a idade dos ônibus adquiridos ferem até mesmo a integridade moral das empresas concessionárias e dos demais entes públicos e privados acima citados, quais sejam, Marcopolo, Comil, Volkswagen, Detran/AM, SEFAZ, Suframa, dentre outros, todos entes idôneos que venderam, vistoriaram e emplacaram os carros novos.

NOTA DE ESCLARECIMENTO (continuação)

O total de veículos novos que ingressarão no sistema superará a marca de 900 (novecentos) ônibus até o início do ano que vem. Trata-se de investimento total da ordem de mais de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), integralmente a serviço da população de Manaus.

As empresas subscreventes destacam que a tarifa estabelecida no Decreto n. 1283/2011 foi amplamente debatida em vários fóruns abertos a toda a sociedade civil, tem comprovação documental quanto aos seus fundamentos técnicos e está prevista nos contratos de concessão firmados e o cumprimento dos mesmos é condição de segurança jurídica inafastável para que as empresas se mantenham operantes, viabilizando a prestação de serviço regular e de qualidade à população de Manaus.

Esperamos dos agentes públicos que sejam responsáveis no trato das informações atinentes a frota do sistema de transporte público de Manaus, pois a propagação de inverdades pode colocar a perder os investimentos até o momento efetuados e comprometer os novos investimentos, com prejuízos irreparáveis à população.

As empresas mantêm-se confiantes no Poder Judiciário e demais instituições amazonenses, com a finalidade de que sejam preservados os contratos em sua integralidade, viabilizando assim a substancial melhora da qualidade do sistema de transporte, a operação das empresas concessionárias e os mais de 9 (nove) mil empregos gerados pelas empresas.

Subscrevem as novas Concessionárias de Transporte Coletivo da Cidade de Manaus

Manaus, 13 de outubro de 2011.